



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUANDOS MESA REDONDA SBPC



A AVALIAÇÃO NO SISTEMA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO: QUALIDADE ACADÊMICA E IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Prof. Dr. Joviles Vitorio Trevisol
Presidente do FOPROP

Pró-Reitor de PPG da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Joviles.trevisol@uffs.edu.br

Belo Horizonte, 18 de julho de 2017.

A AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

- O sistema de avaliação dos programas de pós-graduação foi instituído pela Capes em 1977. Foram criadas as comissões de assessores por área e também foi estabelecido o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES). Nesse primeiro momento, o resultado da avaliação realizada não tinha divulgação pública, sendo informado apenas às instituições. A avaliação era expressa em conceitos:

A (muito bom)

B (bom)

C (regular)

D (fraco)

E (insuficiente)

- Em 1990, os conceitos foram substituídos por notas de 1 a 5, e passaram a ser incluídos no processo de avaliação alguns indicadores quantitativos, entre os quais a quantidade de artigos publicados pelos programas;
- Em 1998, ocorreu mudança substancial no processo, com a:
 - (I) padronização da ficha de avaliação, que incluía sete quesitos: a proposta do programa, o corpo docente, as atividades de pesquisa, as atividades de formação, o corpo discente, as teses e dissertações e a produção intelectual. Todas as áreas de avaliação deveriam analisar os mesmos quesitos.

(II) Qualificação da produção dos programas e não mais apenas contabilizar o número de artigos publicados. A avaliação da qualidade da produção científica passou a se dar por meio da classificação dos veículos de divulgação da produção científica (periódico indexado e com sistema de *peer review*, circulação, impacto do periódico na comunidade acadêmica etc). Os periódicos foram classificados em três grupos (circulação internacional, nacional ou local) com três estratos (estratos A, B e C, conforme seu impacto ou relevância para um determinado campo Científico).

- Em 2007, após a trienal, a Diretoria de Avaliação propôs ao CTC-ES a reformulação do Qualis. Após intensas discussões, o CTC-ES aprovou a nova classificação contendo sete estratos: A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5. Há ainda um estrato C, destinado a publicações que não constituem periódicos científicos ou não atendem aos critérios mínimos estabelecidos em cada área para ser classificado. O Qualis Periódicos cumpre uma função fundamental no processo de avaliação. Além do Qualis, há também o sistema de classificação de Livros, capítulos de livros e eventos.

OBJETIVOS CENTRAIS DA AVALIAÇÃO

(I) contribuir para a garantia da qualidade da pós-graduação brasileira;

(II) retratar a situação da pós-graduação brasileira de forma clara e efetiva;

(III) contribuir para o desenvolvimento de cada programa e área em particular e da pós-graduação brasileira em geral ao fornecer, a cada programa avaliado, as apreciações criteriosas sobre os pontos fortes e os pontos fracos de seu desempenho, no contexto do conjunto dos programas da área, e antepor-lhes desafios e metas para o futuro;

(IV) fornecer subsídios para a definição de planos e programas de desenvolvimento e a realização de investimentos no Sistema Nacional de Pós-Graduação- SNPG.

FONTE: Item 1, do Regulamento da Avaliação Quadrienal 2017 (Portaria 59/CAPES2017).

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AVALIAÇÃO

- (I) A Avaliação é **Classificatória**: estabelece diferentes níveis de qualidade de desempenho dos programas em cada área de avaliação;
- (II) A Avaliação é **Comparativa** entre as diferentes áreas. Embora preserve e considere as especificidades das áreas, pauta-se pelo mesmo conjunto de quesitos e itens avaliativos e deve promover a equivalência de qualidade de desempenho entre programas com as mesmas notas nas distintas áreas de avaliação. Cada nota deve, portanto, corresponder ao mesmo nível de qualidade para todas as áreas de avaliação. Cabe ao CTC-ES a responsabilidade de garantir a equivalência entre as notas atribuídas pelas diferentes Comissões de Áreas de Avaliação.

PARÂMETROS DA AVALIAÇÃO

- (I) **Adoção de padrões internacionais** de desenvolvimento do conhecimento na área como referência para o processo de avaliação, que estão preconizados nos documentos de área;
- (II) **Adequação dos referenciais de avaliação adotados** (critérios, indicadores, parâmetros), ajustando-os ao desenvolvimento do conhecimento da área e dos programas;
- (III) **Garantia da qualidade dos relatórios sobre o desempenho de cada programa**, devendo tais relatórios atender aos requisitos de fundamentação técnica, estruturação, clareza, coerência e precisão, fundamentais para que os resultados da avaliação sejam compreendidos, valorizados e considerados pelos programas e cursos e demais interessados nesse processo.

A AVALIAÇÃO E SEUS PRINCIPAIS AVANÇOS

1:

Crescimento expressivo da pós-graduação (mestrado e doutorado)



EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PPG

Crescimento de 209%



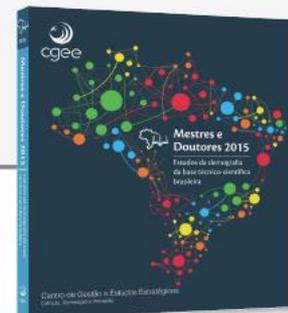
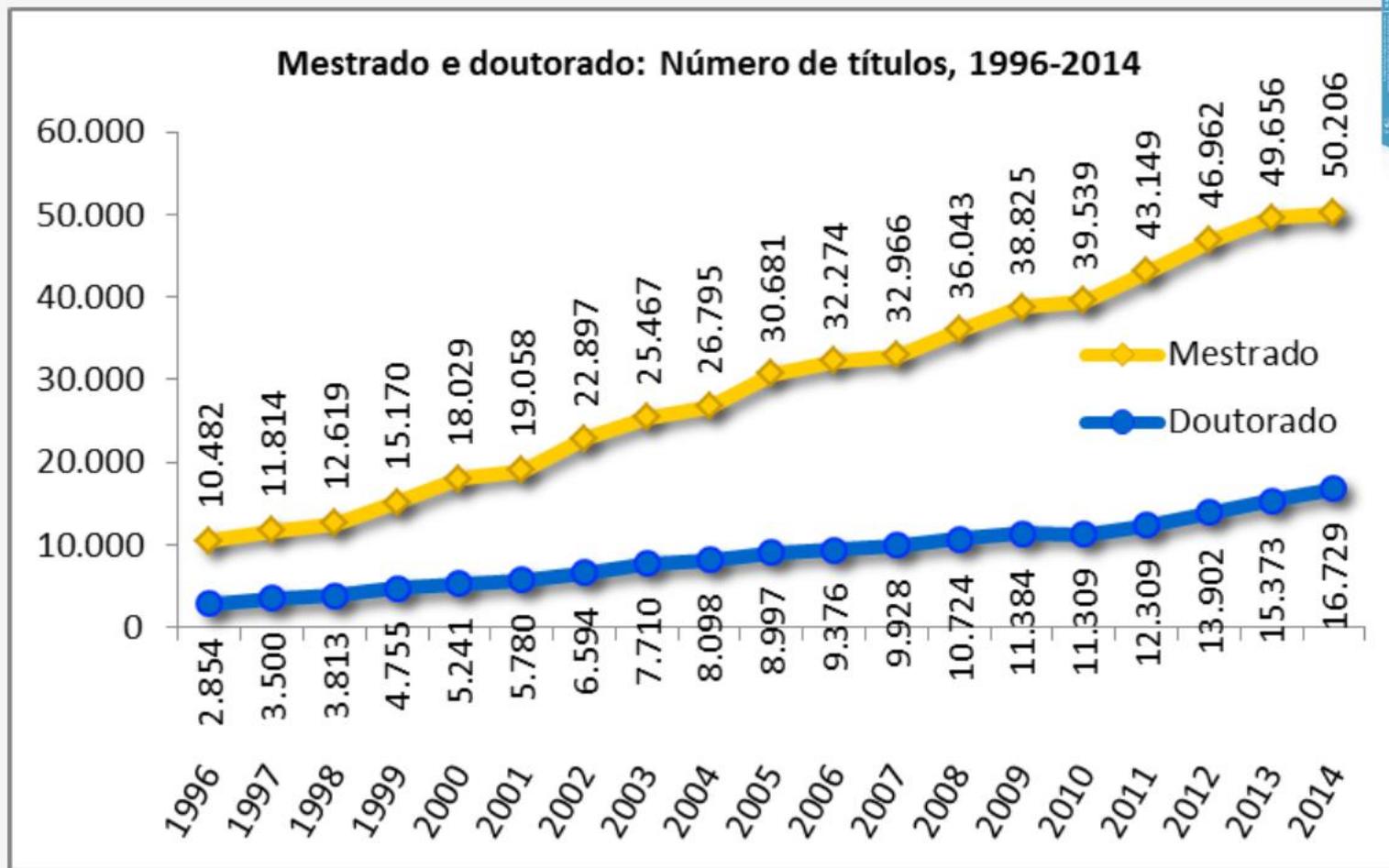
FONTE: GeoCapes e Portal da Capes, atualizado em 17/11/2014



Crescimento número de titulados (Parte I)



Gráfico H.01.03. Número de títulos de mestrado e de doutorado concedidos no Brasil, 1996-2014



Fonte: Coleta Capes 1996-2012 e Plataforma Sucupira 2013-2014 (Capes, MEC). Elaboração CGEE.

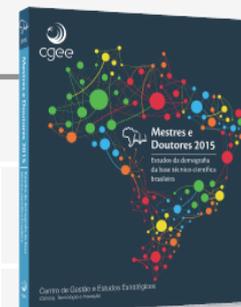
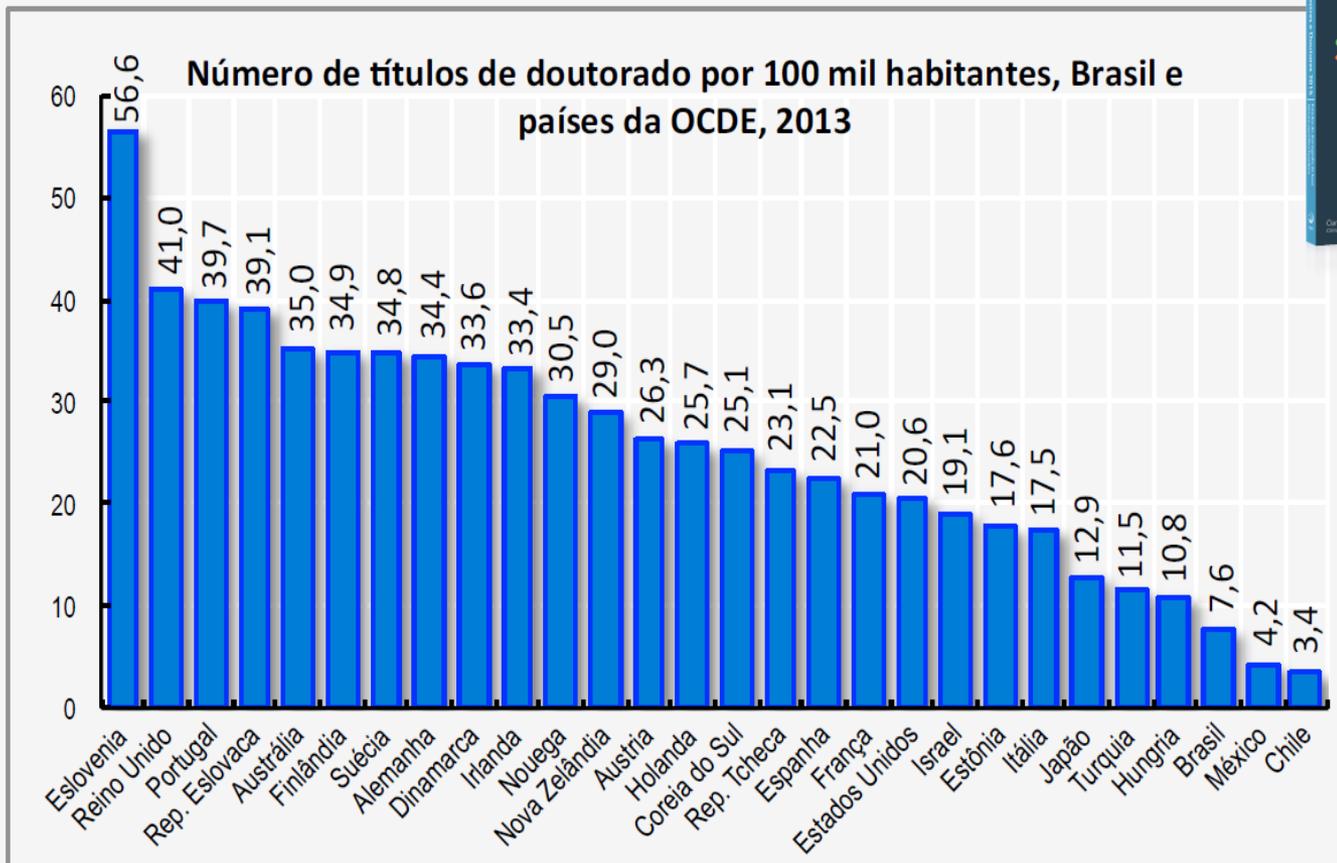
Nota: Os dados utilizados para a elaboração deste gráfico são provenientes das tabelas M.TIT.01 e D.TIT.01 do anexo estatístico.



Posição brasileira (Títulos doutorado)



Gráfico H.01.06. Número de títulos de doutorado concedidos por grupo de 100 mil habitantes, Brasil e países da OCDE, 2013



Fontes: OECD.Stat. Acessado em 12/04/2016. CGEE, Tabela D.TIT.01 do anexo estatístico do livro Mestres e doutores 2015. IBGE. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/serie_2001_2013_tcu.shtm> Acessado em 07/04/2016.

Elaboração CGEE.

Nota: Bélgica, Canadá, Grécia, Islândia, Luxemburgo, Polônia e Suíça, apesar de serem países da OCDE, não foram incluídos neste gráfico por falta de dados sobre o número de títulos de doutorado concedidos em 2013 e ou sobre suas populações no mesmo ano.

2:

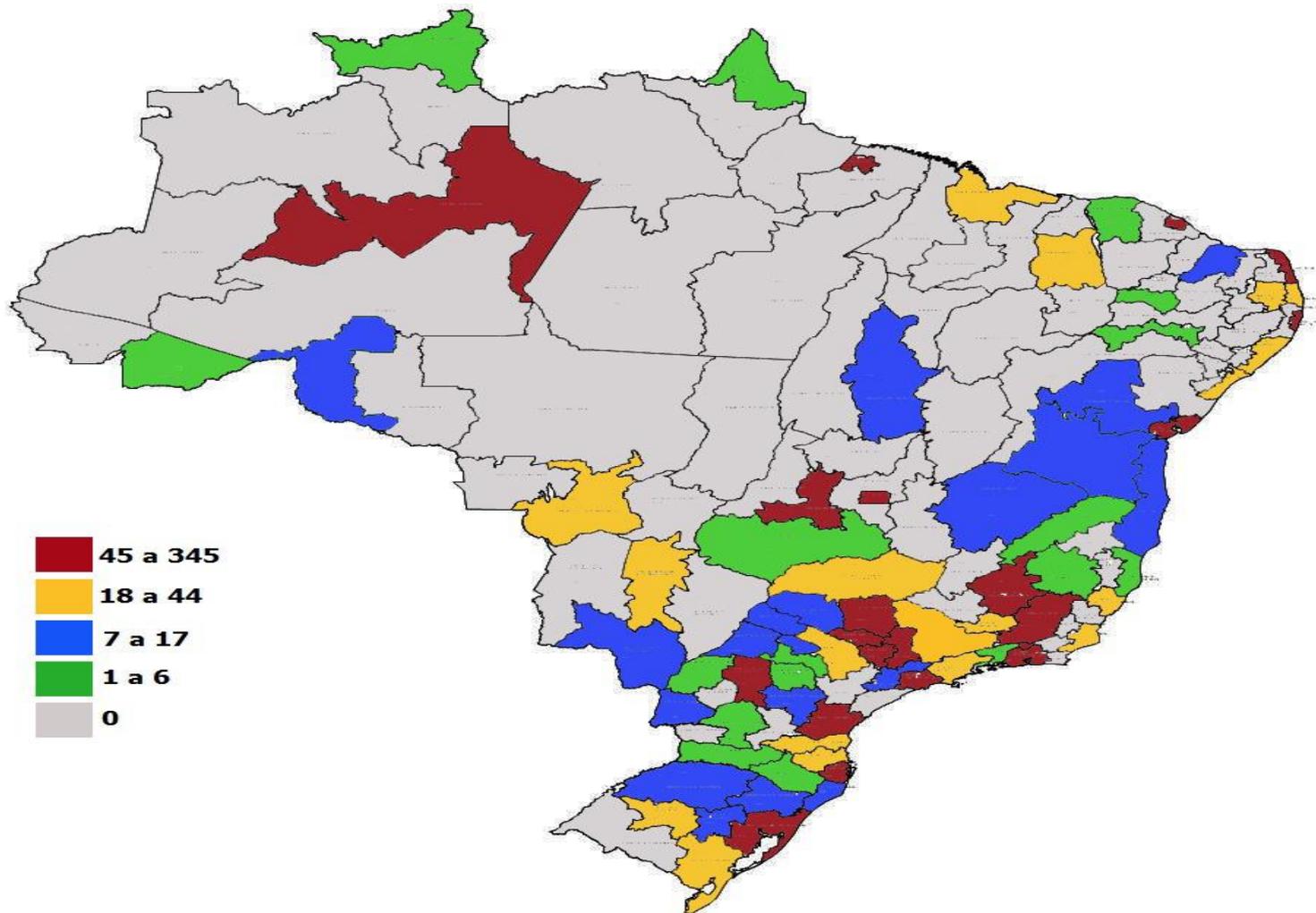
Forte desconcentração espacial (com interiorização) da pós-graduação



DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO POR MESORREGIÕES BRASILEIRAS/2009

BRASIL

Mesorregiões

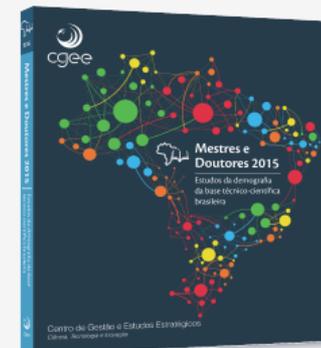
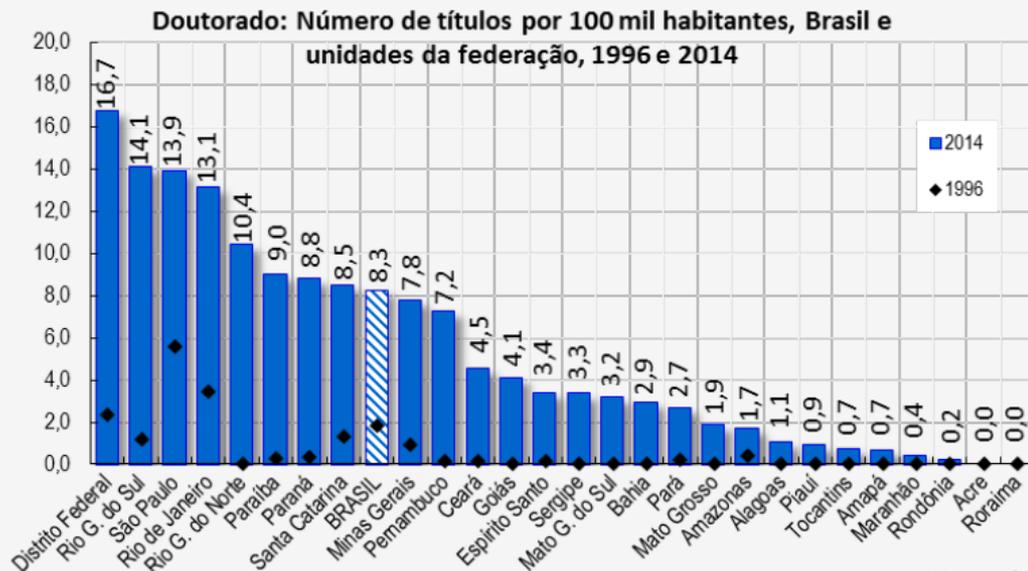




Titulados por UF (Parte I)

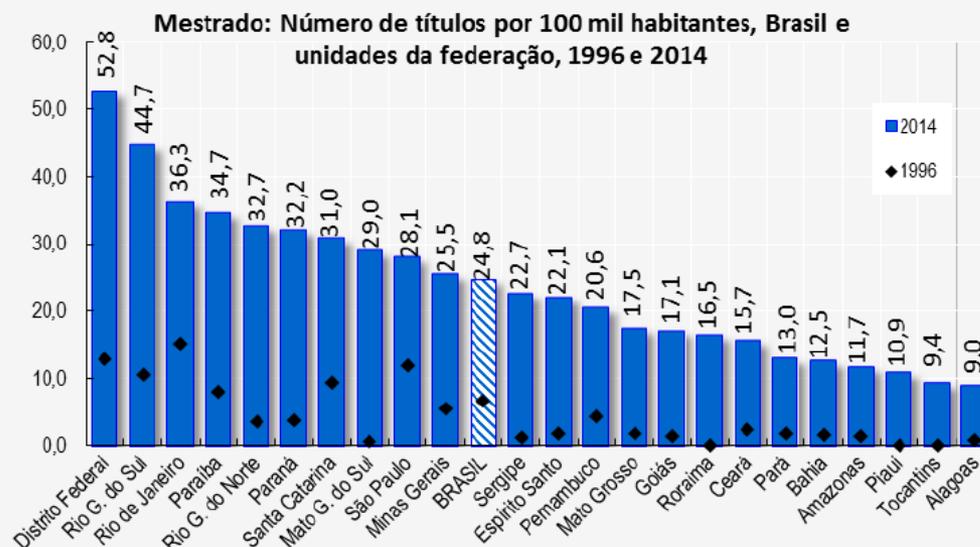


Gráfico H.02.02. Proporção do número de títulos de mestrado e doutorado concedidos no Brasil por 100 mil habitantes, por UF, 1996 e 2014



Fonte: Coleta Capes 1996-2012 e Plataforma Sucupira 2013-2014 (Capes, MEC). Elaboração CGEE.

Nota: Os valores que aparecem no gráfico são referentes ao ano de 2014. Foram suprimidos os dados referentes aos títulos de mestres e doutores em 1996 quando a proporção de títulos concedidos na UF era menor que 0,2%.

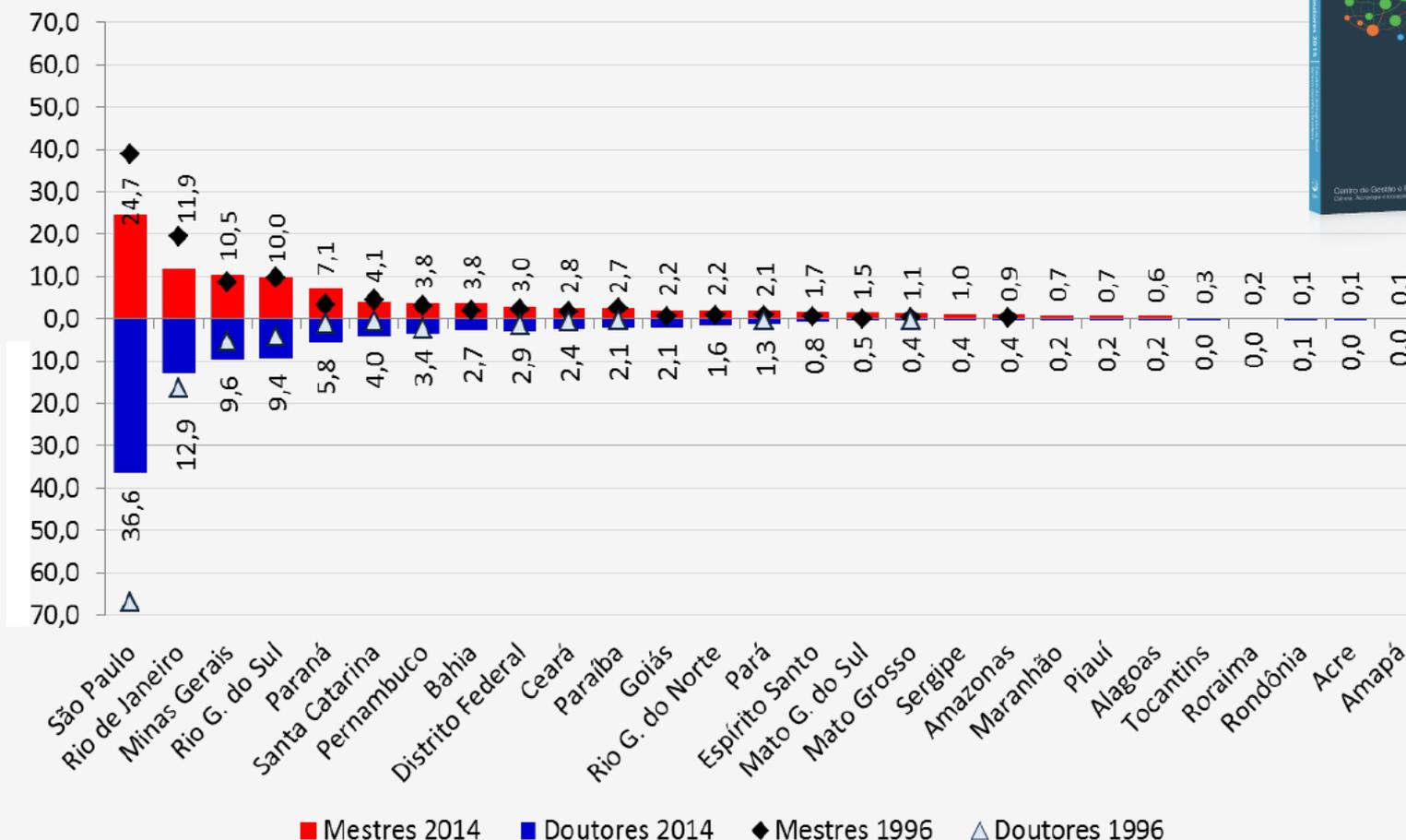
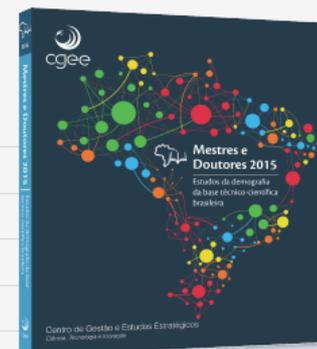




Titulados por região (Parte I)



Gráfico H.02.01. Proporção do número de títulos de mestrado e doutorado concedidos no Brasil, por UF, 1996 e 2014



Fonte: Coleta Capes 1996-2012 e Plataforma Sucupira 2013-2014 (Capes, MEC). Elaboração CGEE.

Nota: Os valores que aparecem no gráfico são referentes ao ano de 2014. Foram suprimidos os dados referentes aos títulos de mestres e doutores em 1996 quando a proporção de títulos concedidos na UF era menor que 0,2%.

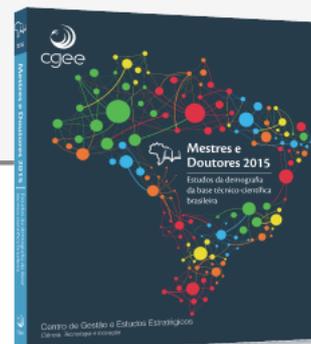
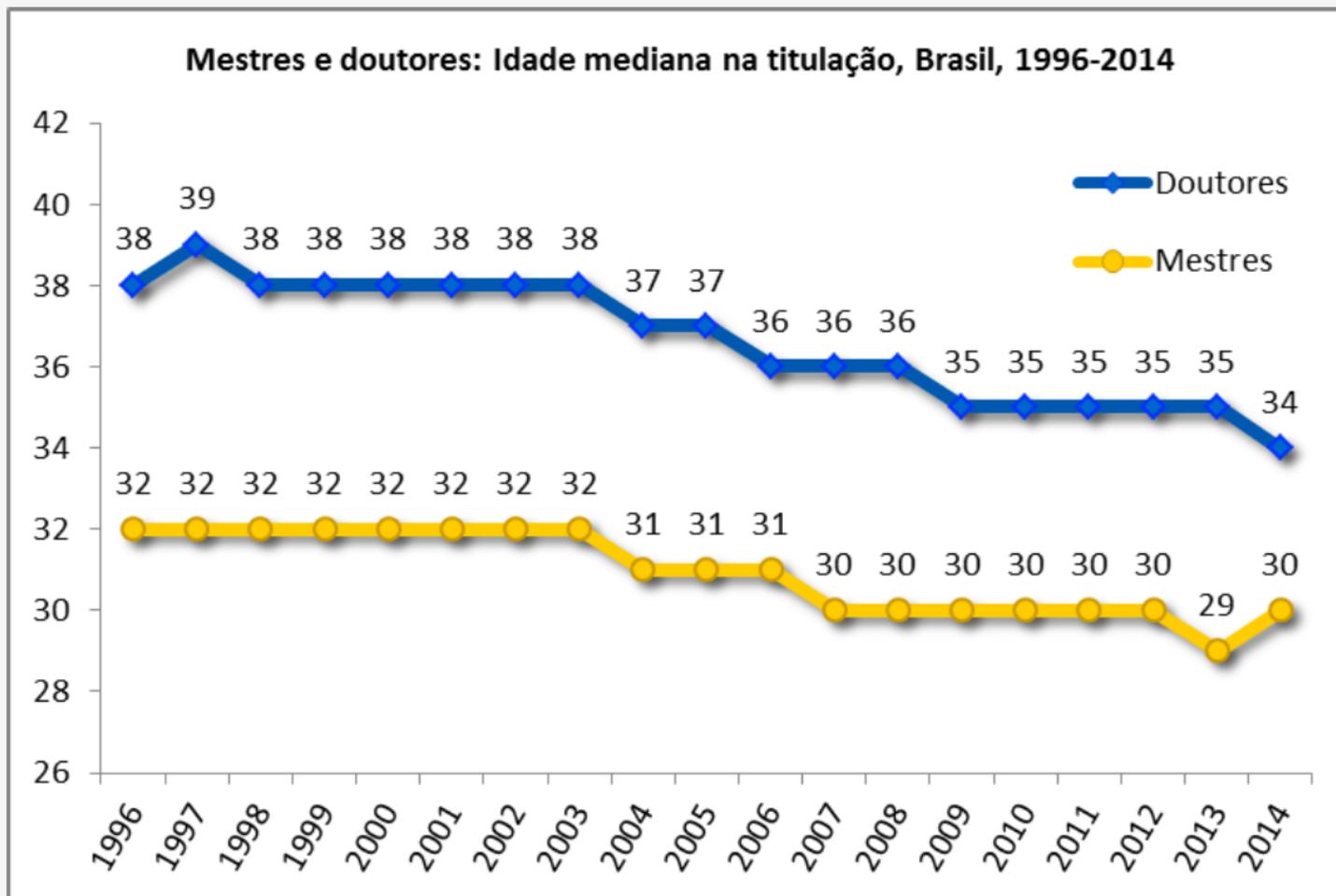
3:

Redução da idade média de titulação de mestres e doutores





Gráfico H.04.02. Idade mediana dos titulados em programas de mestrado e doutorado, Brasil, 1996-2014 (Número de anos)



Fonte: Coleta Capes 1996-2012 e Plataforma Sucupira 2013-2014 (Capes, MEC). Elaboração CGEE.

Nota: Os dados utilizados para a elaboração desta tabela são provenientes de tabulação especial realizada pelo CGEE.

4:

**Expansão da pós-graduação em todos os segmentos de IES
(públicas e particulares)**





Titulados por natureza jurídica (Parte I)



Privadas lideram crescimento no mestrado (avanço inexorável sobre a pós-graduação ?)

Universidades e institutos estaduais apresentam evolução aquém das demais (sistema paulista em desaceleração ?)

Crescimento diferencial das universidades e institutos federais e particulares (marcha da interiorização ?)

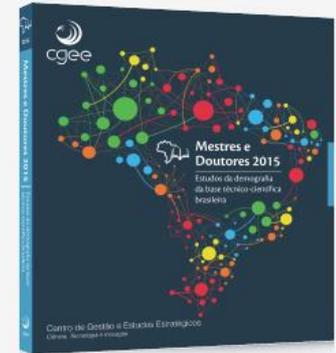


Tabela H.03.01. Crescimento entre 1996 e 2014 do número de títulos de mestrado e doutorado concedidos no Brasil por natureza jurídica das instituições

Natureza jurídica	Crescimento do número de títulos (%)	
	Mestrado	Doutorado
Total	379,0	486,2
Federal	375,9	788,3
Estadual	280,0	249,5
Particular	592,7	754,6

Fonte: Coleta Capes 1996-2012 e Plataforma Sucupira 2013-2014 (Capes, MEC). (Tabelas M.TIT.08 e D.TIT.08 do anexo estatístico.) Tabulação especial do CGEE. Elaboração CGEE.

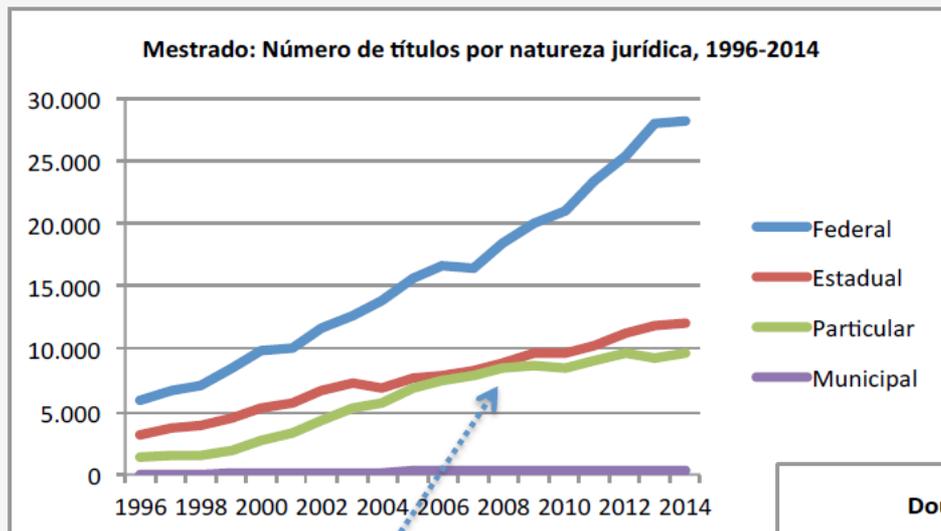
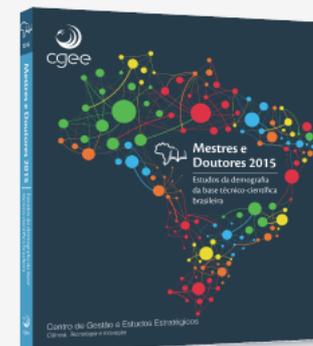
Notas: No ano de 1996, não houve concessão de títulos por programas de mestrado ou doutorado municipais. No ano de 2014, um pequeno número de títulos de mestrado e doutorado foi concedido por programas municipais. O número desses corresponderam a respectivamente 0,7% dos títulos de mestrado e a 0,1% dos títulos de doutorado concedidos naquele ano.



Titulados por natureza jurídica (Parte I)

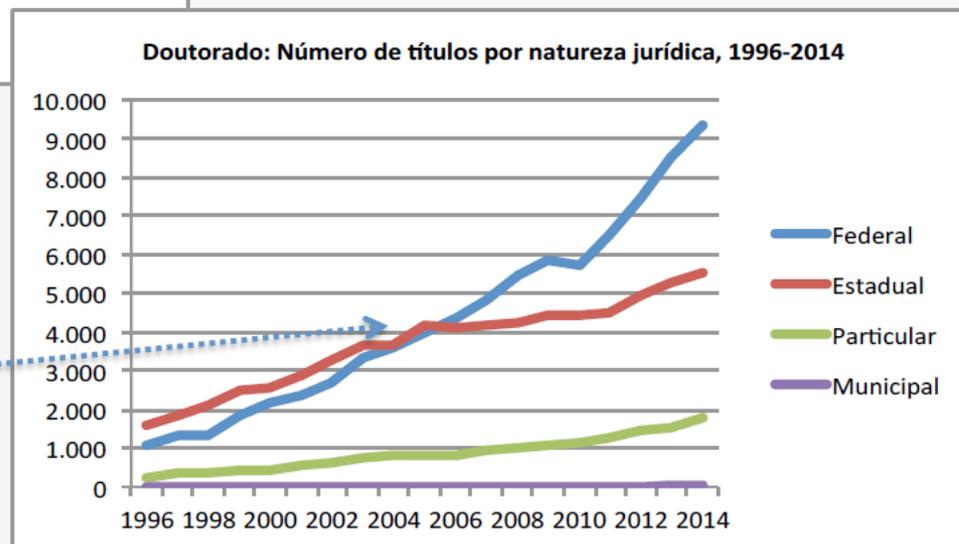


Gráficos H.03.01 e 02. Número de títulos de mestrado e doutorado por natureza jurídica dos programas, Brasil, 1996-2014



Instituições estaduais e particulares aproximam-se em torno de 2006 mas voltam a se distanciar; federais seguem crescendo acima das demais

Instituições estaduais e federais trocam de posição em torno de 2005 e distanciam-se daí para a frente; particulares crescem abaixo delas



Fonte: Coleta Capes 1996-2012 e Plataforma Sucupira 2013-2014 (Capes, MEC). Tabulação especial do CGEE. Elaboração CGEE.

5:

**Taxa de emprego formal elevada
(maior para os doutores)**

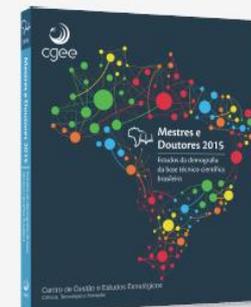
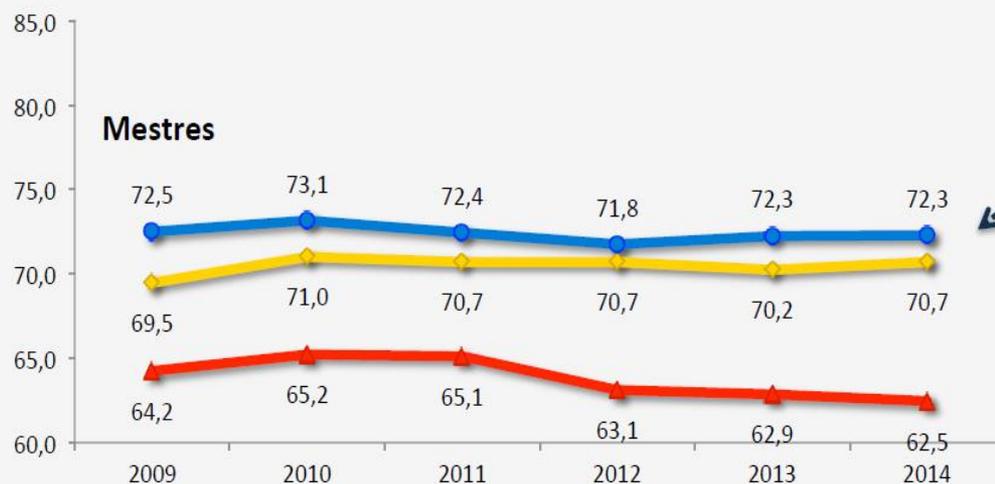




Taxas de emprego formal (Parte II)



Mestres e Doutores: Taxas de emprego formal 2, 5 e 10 anos após a titulação (%)

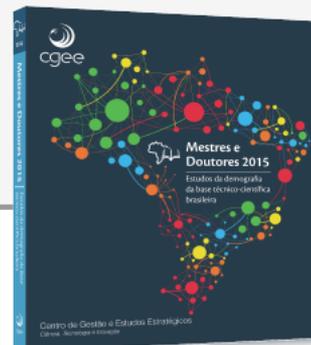


Pequena diferença no doutorado para tempo de formado entre 5 e 10 anos; Mestres com 5 anos com maior taxa de emprego que os de 10 anos (concursos públicos?)

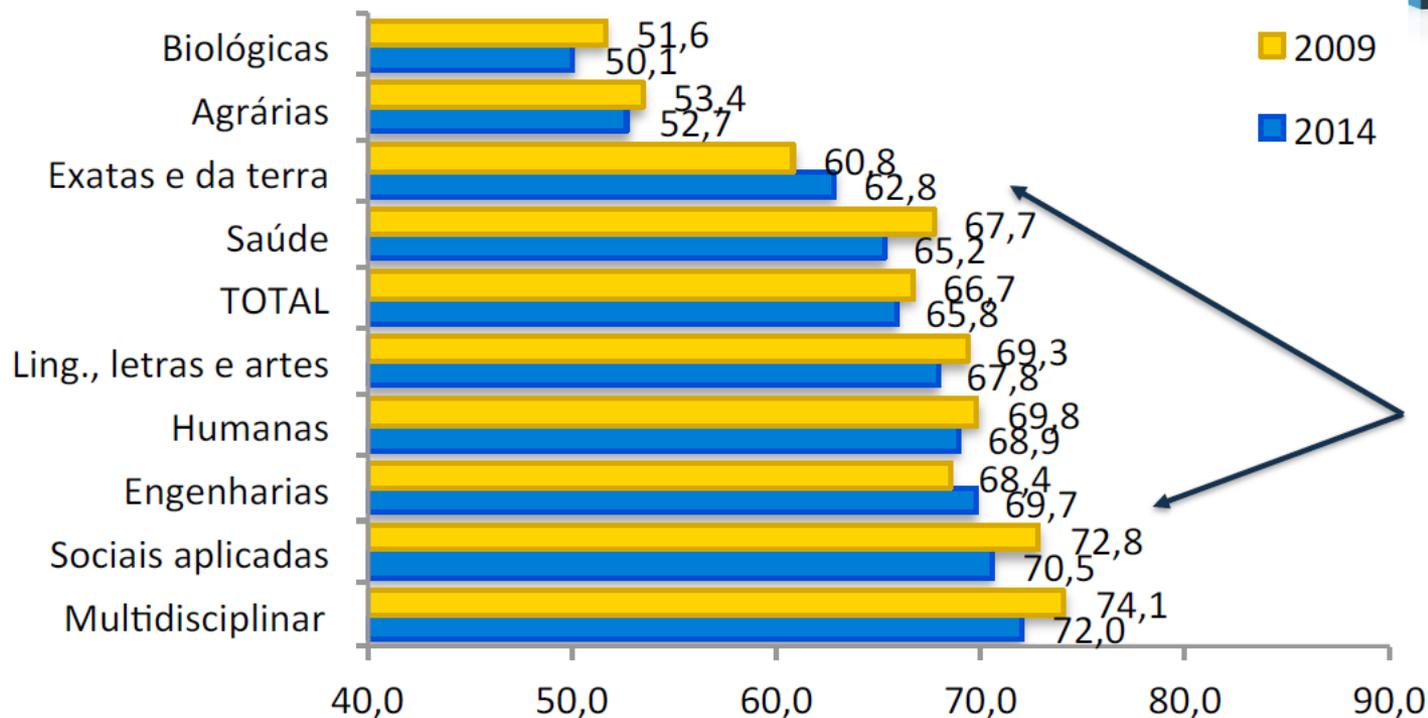
Recém doutores (2 anos) com taxas menores e com ligeira oscilação para baixo nos primeiros anos da década de 2010



Gráfico 3.1.04. Taxa de emprego formal em 2009 e em 2014 de mestres titulados no Brasil a partir de 1996, por grande área do conhecimento



Mestres: Taxa de emprego formal por grande área, 2009 e 2014 (%)



Só Exatas e da Terra e Engenharias ampliam a taxa de emprego de mestres

6:

**Remuneração média crescente para mestres e doutores
(especialmente para mestres profissionais)**

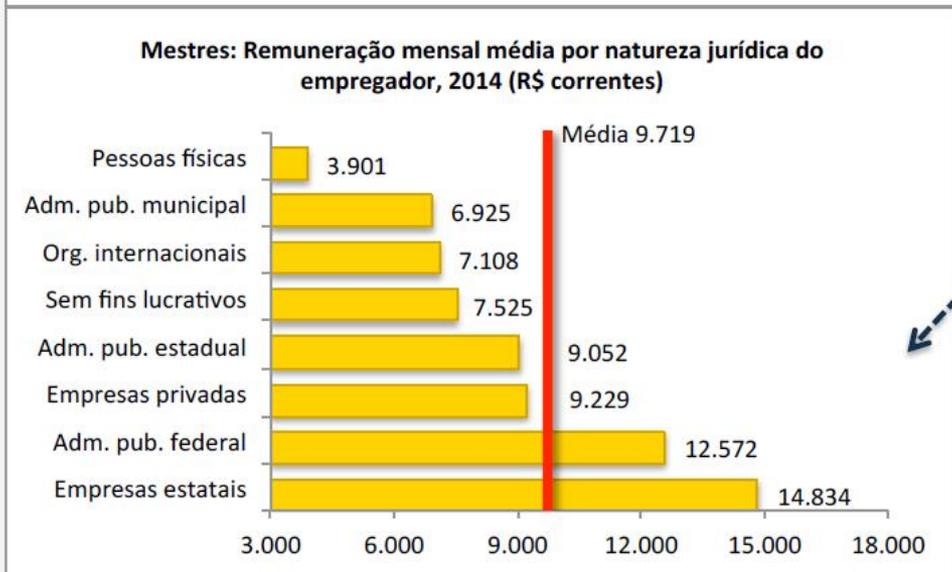
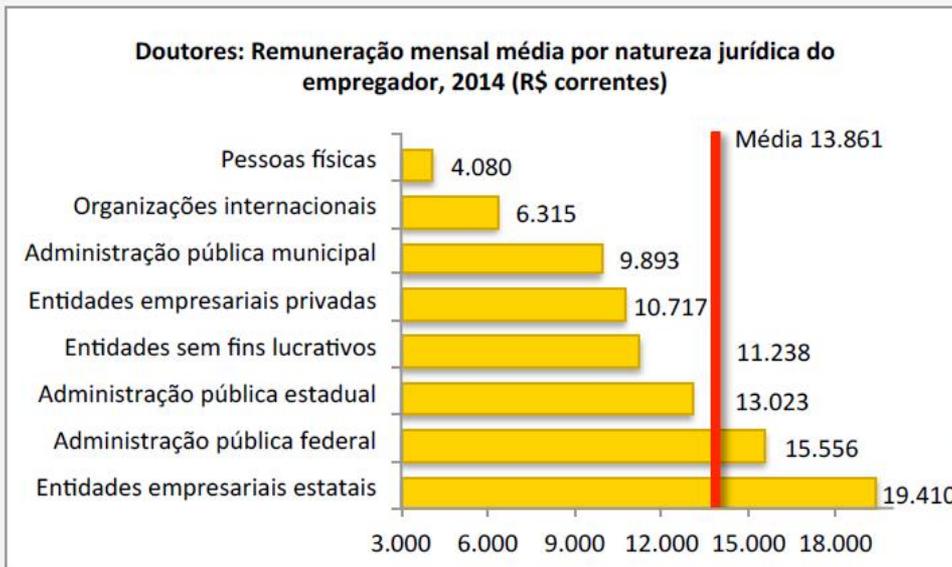
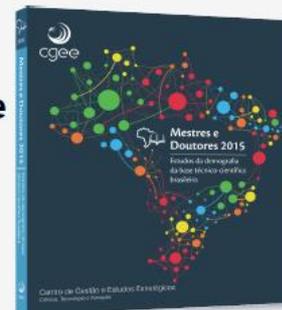




Remuneração por natureza jurídica (Parte II)



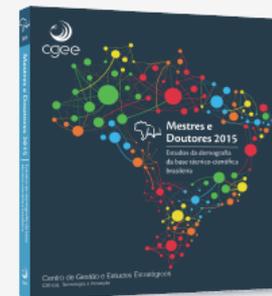
Gráfico 5.1.14. Remuneração mensal média de mestres e doutores titulados no Brasil a partir de 1996, por natureza jurídica do estabelecimento empregador, 2014 (R\$ correntes)



Entidades empresariais estatais e Administração Pública com maiores salários



Tabela 7.14 – Remuneração mensal média de mestres acadêmicos e profissionais titulados no Brasil a partir de 1998 e empregados nas entidades empresariais estatais e privadas 2009-2014 (R\$ de 12/2014)



	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Estatais						
Acadêmico (a)	13,879.72	12,518.06	13,036.94	14,109.23	13,815.58	14,097.29
Profissional (b)	18,972.50	17,082.96	17,465.08	18,628.84	18,077.66	18,122.65
Privadas						
Acadêmico (c)	8,142.13	8,440.32	8,616.21	8,672.70	8,709.34	8,533.28
Profissional (d)	12,994.73	13,253.11	13,560.67	13,378.78	13,332.89	12,935.43

Diferencial significativo, mas que parece tender a cair

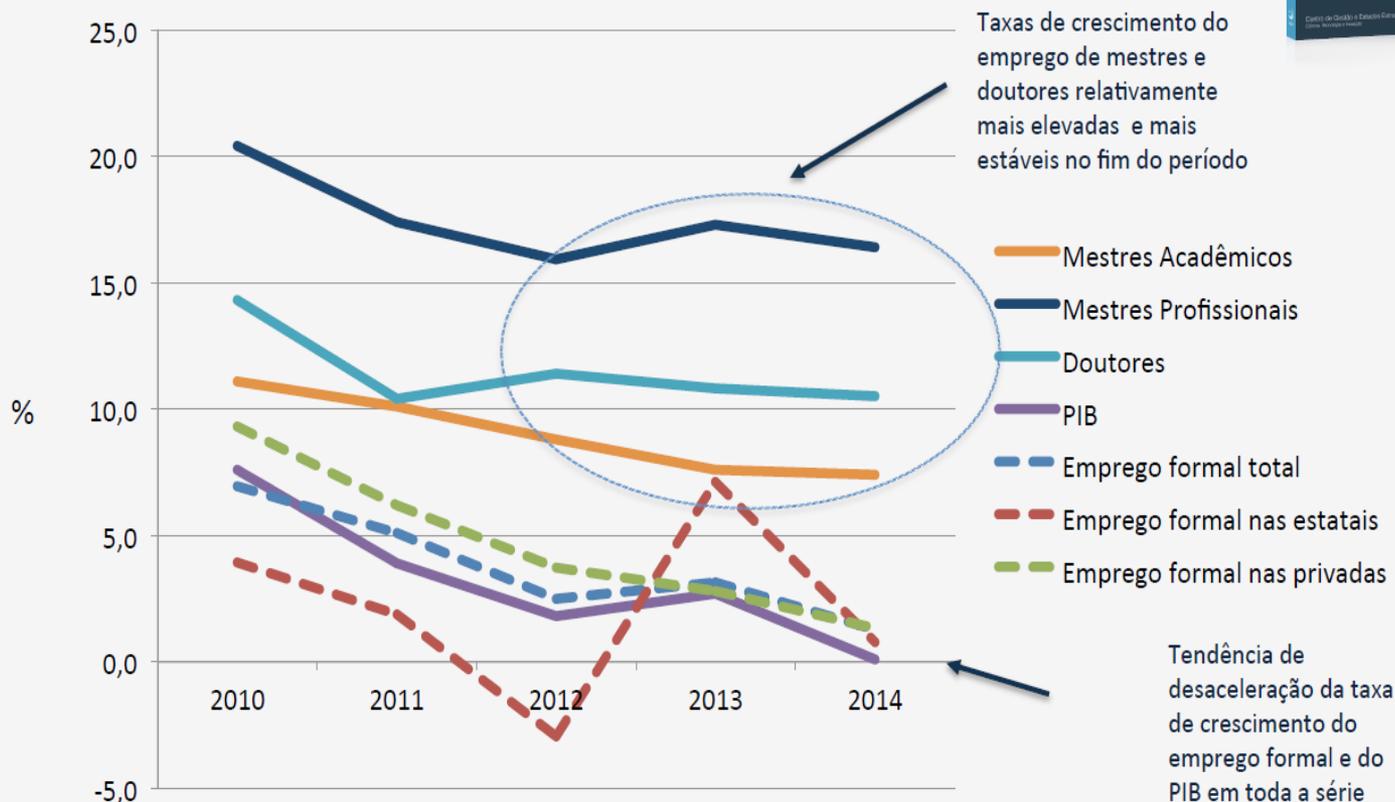
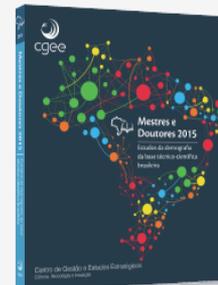
Fontes: Coleta Capes 1996-2012 e Plataforma Sucupira 2013-2014 (Capes, MEC) e Rais 2009-2013 (MTE). Elaboração CGEE.



Crescimento dos empregados (Parte III)



Taxas de crescimento anual do PIB, do emprego formal total e nas entidades empresariais estatais e privadas comparados com as taxas de crescimento do emprego de doutores e mestres, acadêmicos e profissionais, nas entidades empresariais estatais e privadas, 2009 - 2014



Fontes: Bacen 2009-2014; Coleta Capes 1996-2012 e Plataforma Sucupira 2013-2014 (Capes, MEC) e RAIS 2009-2014 (MTE); IBGE. Elaboração CGEE.

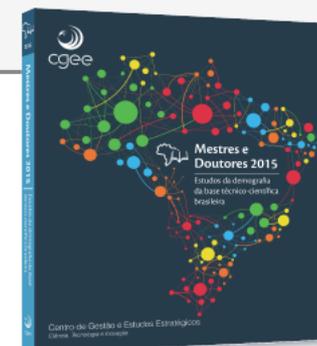
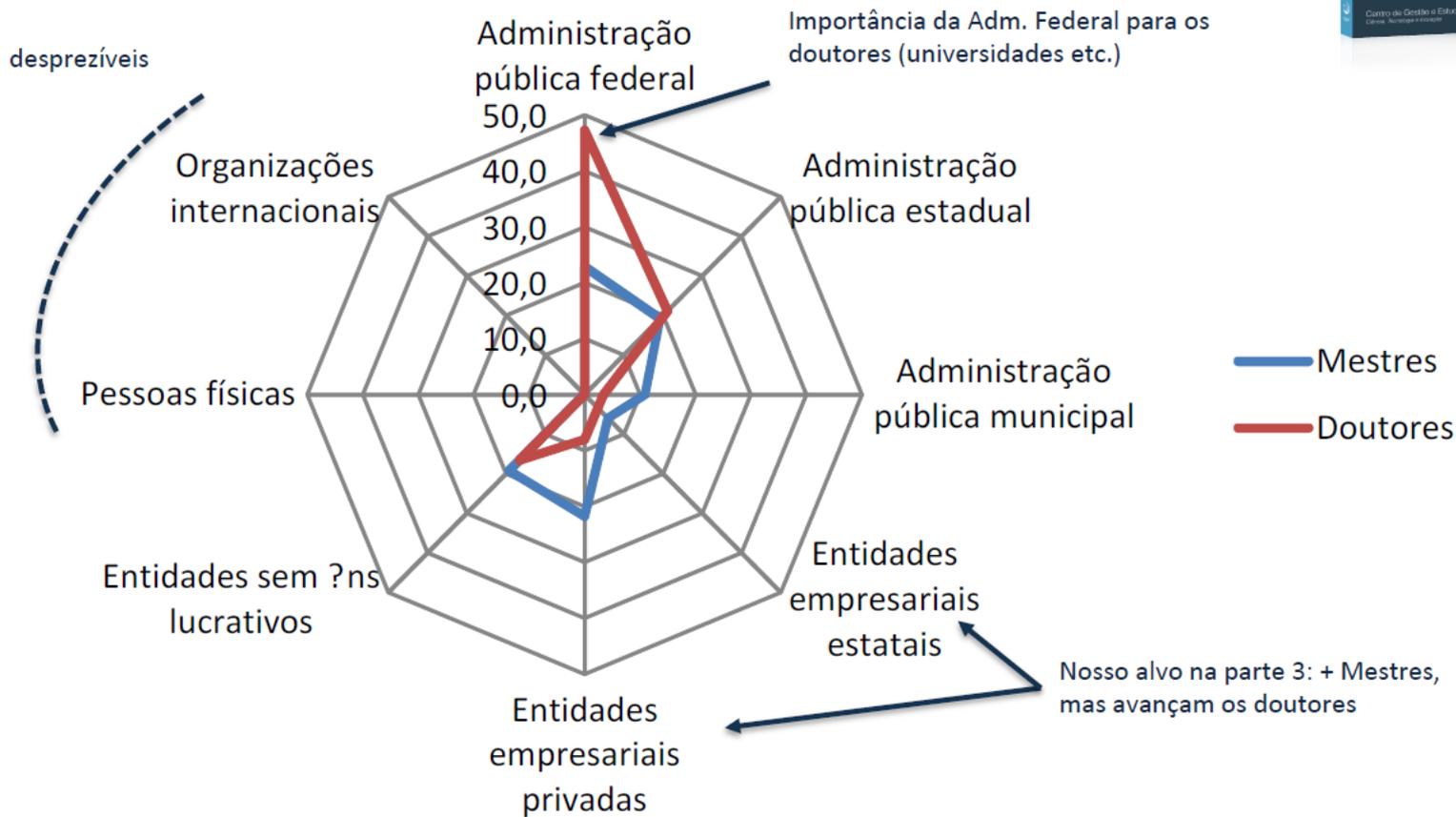
7:

Diversificação das instituições empregadoras de mestres e doutores





Distribuição percentual dos empregados entre os mestres e doutores titulados no Brasil a partir de 1996, por natureza jurídica do estabelecimento empregador, 2014



LIMITES E DESAFIOS

- (I) A pós-graduação cresceu muito nos últimos anos. Em 2017 estão sendo avaliados aproximadamente 4.200 programas (Avaliação Quadrienal). A avaliação, como ela é feita hoje, dá sinais de esgotamento. É preciso repensar e avaliar a própria avaliação.**
 - (II) O sistema de avaliação, apesar dos aperfeiçoamentos, se estrutura a partir de parâmetros e indicadores quantitativos.**
 - (III) A pós-graduação atende e deve responder a mais de um propósito. A produção acadêmica é uma das dimensões. É necessário reconhecer mais os impactos positivos da presença da pós-graduação na formação e no desenvolvimento das regiões. Há “conteúdo real” que os números não traduzem.**
- 

(IV) O peso da avaliação centrada na quantidade estimula os programas a uma prática “produtivista” exagerada que, na maior parte das vezes, resulta em produção de baixa qualidade e impacto.

(V) O “produtivismo”, quando transformado em cultura acadêmica no interior dos programas, tende a negligenciar a fundamental importância da formação do pós-graduando. O estudante é pressionado a publicar sem ter construído um domínio mínimo sobre o campo e objetos de pesquisa em que está inserido.

(VI) As instituições (IES) precisam (re)assumir o planejamento de sua pós-graduação. Elas precisam ter um Projeto Institucional de Desenvolvimento e Avaliação da Pós-Graduação. Não delegar tudo para a CAPES.



(VII) Reduzido peso atribuído ao quesito egressos. O principal “produto” dos programas de pós-graduação é a formação de pessoas (de quadros de alta qualidade) que o país necessita. Ex: produção dos egressos, inserção profissional, liderança exercida etc.

(VIII) A avaliação centrada na qualidade “igual para todos” considera de forma insuficiente as assimetrias e as desigualdades históricas entre regiões e microrregiões do país. Ex: as dificuldades para aprovação e consolidação de um programa de nota 03 num campus do interior do Piauí ou do Pará são muito maiores que num campus em São Paulo.

(IX) A avaliação para o ingresso no sistema (cursos novos - APCNs) não deveria se dar com base nas exigências de um programa de Conceito 03 já em funcionamento. A avaliação de ingresso deveria ser apenas “recomendado” ou “ não recomendado”.

REFERÊNCIAS

BARATA, R. B. **A ABRASCO e a pós-graduação stricto sensu em Saúde Coletiva**. In: LIMA, N. T.; SANTANA, J. P.; PAIVA, C. H. A. (Eds.) Saúde Coletiva: a ABRASCO em 35 anos de história. Rio de Janeiro: Fiocruz/Abrasco, 2015.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. **Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis**. RBPG, Brasília, v. 13, n. 30, p. 13 - 40, jan./abr. 2016.

CAPES. **Portaria 59, de 21 de março de 2017. Regulamento da Avaliação Quadrienal 2017**. Brasília, 2017.

CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Mestres e Doutores 2015**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://rhcti.cgee.org.br>





OBRIGADO !!!